

nos termos do n.º 5, do artigo 12.º-A, do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração da Hospital do litoral Alentejano, E. P. E., podendo ser entregues diretamente no Serviço de Pessoal da sua sede, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido de admissão ao concurso.

10.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação: certidão comprovativa da posse do grau de assistente, com a especialidade de Medicina Física e Reabilitação

10.4 — Afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos: A referida lista será afixada nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., com sede em Monte do Gilbardinho, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém.

11 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Esmeralda Maria Eusébio Teixeira da Silva Aldeia, assistente hospitalar de medicina física e reabilitação do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

1.º Vogal efetivo: Dr.ª Marina de Jesus Coelho Lopes, assistente hospitalar de medicina física e reabilitação do Hospital da Força Aérea

2.º Vogal efetivo: Dr.ª Ana Maria Almeida, assistente hospitalar de medicina física e reabilitação do Hospital da Força Aérea

1.º Vogal suplente: Dr.ª Cristina Maria Noronha Martins, assistente hospitalar de medicina física e reabilitação do Hospital de Vila Franca Xira

2.º Vogal suplente: Dra. Sandra Gouveia Camacho de Melo, assistente hospitalar de medicina física e reabilitação — Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.

11.1 — O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Pessoal, através de contacto por correio eletrónico para o endereço rhv@hlalentejano.min-saude.pt

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

21 de junho de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração,
Adelaide Belo.

206198253

Aviso n.º 8787/2012

1 — Nos termos do Decreto -lei n.º 45/2009, de 13/02 e do Despacho n.º 7702-D/2012 de 4 de junho, substituído pelo Despacho n.º 8317-B/2012 de 20/06/2012 do Sr. Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 108, 2.ª série, de 04/06/2012, faz-se público que, por decisão da Sra. Presidente do Conselho de Administração da Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., pessoa coletiva n.º 509 253 369, com sede em Monte do Gilbardinho, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém, tomada ao abrigo da delegação de poderes conferida por deliberação do mesmo tomada em 6 de outubro de 2010, nos termos do artigo 7.º dos seus Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, processo de recrutamento de médicos, com a especialidade de Dermato-Venereologia que concluíram o respetivo internato médico, para celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um (1) posto de trabalho da categoria de assistente, previsto e não ocupado, na Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de Dermato-Venereologia que concluíram o respetivo internato médico na primeira época do ano de 2012, nas duas épocas do ano de 2011 e na segunda época do ano de 2010 e se encontrem na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98 de 24 de abril.

3 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

4 — Política de igualdade: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora,

promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto -lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de novembro de 2009, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos.

6 — Local de trabalho — o serviço irá ser prestado nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E. sita em Monte do Gilbardinho, Santiago do Cacém, podendo, no entanto, o mesmo ser desenvolvido em instalações de entidade que lhe suceda ou outras Instituições com as quais tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

7 — Remuneração base mensal ilíquida: nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, no regime de tempo completo, cabendo apenas a proporção para o regime de 40 horas semanais, a que corresponde o valor de 2.118, 81 € (dois mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos).

8 — O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

9 — Método de seleção: O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5, do artigo 12.º -A, do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13/02.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração da Hospital do litoral Alentejano, E. P. E., podendo ser entregues diretamente no Serviço de Pessoal da sua sede, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando -se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido de admissão ao concurso.

10.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação: certidão comprovativa da posse do grau de assistente, com a especialidade de Dermato-Venereologia.

10.4 — Afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos: A referida lista será afixada nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., com sede em Monte do Gilbardinho, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém.

11 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Maria Margarida de Deus Silva Anes, Chefe de Serviço de Dermatologia do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.

1.º Vogal Efetivo: Dr. Rui Jorge Ramalho Bajanca, Assistente Graduado de Dermatologia do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.

2.º Vogal Efetivo: Dr. Mário Manuel Godinho, Assistente Hospitalar de Dermatologia do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.

1.º Vogal Suplente: Dr.ª Alda Maria Figueiredo Machado Pinto Dinis da Fonseca, Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

2.º Vogal Suplente: Dr. Henrique José Barreiras Rita, Assistente Hospitalar de Medicina Interna do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

11.1 — O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Pessoal, através de contacto por correio eletrónico para o endereço rhv@hlalentejano.min-saude.pt

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

21 de junho de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração,
Dr.ª Adelaide Belo.

206198797

Aviso n.º 8788/2012

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13/02 e do Despacho n.º 7702-D/2012 de 4 de junho, substituído pelo Despacho n.º 8317-B/2012 de 20/06/2012 do Sr. Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 108, 2.ª série, de 04/06/2012, faz-se público que, por decisão da Sra. Presidente do Conselho de

Administração da Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., pessoa coletiva n.º 509 253 369, com sede em Monte do Gilbardinho, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém, tomada ao abrigo da delegação de poderes conferida por deliberação do mesmo tomada em 6 de outubro de 2010, nos termos do artigo 7.º dos seus Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, processo de recrutamento de médicos, com a especialidade de Gastreterologia que concluíram o respetivo internato médico, para celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um (1) posto de trabalho da categoria de assistente, previsto e não ocupado, na Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar -se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de Gastreterologia que concluíram o respetivo internato médico na primeira época do ano de 2012, nas duas épocas do ano de 2011 e na segunda época do ano de 2010 e se encontrem na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto -lei n.º 112/98 de 24 de abril.

3 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

4 — Política de igualdade: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto -lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de novembro de 2009, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos.

6 — Local de trabalho — o serviço irá ser prestado nas instalações da Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E. sitas em Monte do Gilbardinho, Santiago do Cacém, podendo, no entanto, o mesmo ser desenvolvido em instalações de entidade que lhe suceda ou outras Instituições com as quais tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

7 — Remuneração base mensal ilíquida: nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, no regime de tempo completo, cabendo apenas a proporção para o regime de 40 horas semanais, a que corresponde o valor de 2.118, 81 € (dois mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos).

8 — O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

9 — Método de seleção: O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5, do artigo 12.º -A, do Decreto —lei n.º 45/2009, de 13/02.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração da Hospital do litoral Alentejano, E. P. E., podendo ser entregues diretamente no Serviço de Pessoal da sua sede, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando -se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
b) Pedido de admissão ao concurso.

10.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação: certidão comprovativa da posse do grau de assistente, com a especialidade de Gastreterologia.

10.4 — Afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos: A referida lista será afixada nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., com sede em Monte do Gilbardinho, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém.

11 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr. Ricardo Manuel Neves Lopes, Chefe de Serviço de Gastreterologia do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

1.º Vogal Efetivo: Dr. Jorge Celso Dias Correia da Fonseca, Chefe de Serviço de Gastreterologia do Hospital Garcia de Orta, E. P. E.

2.º Vogal Efetivo: Dr. Luís Filipe Ricardo Contente, Chefe de Serviço de Gastreterologia do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E.

1.º Vogal Suplente: Dr.ª Maria João de Bettencourt Nicolau e Lucas, Assistente Graduada de Gastreterologia do Centro Hospital Lisboa Central, E. P. E.

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Sandra de Jesus Faias Antunes, Assistente Hospitalar de Gastreterologia do Instituto Português de Oncologia de Lisboa

11.1 — O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Pessoal, através de contacto por correio eletrónico para o endereço rhy@hlalentejano.min-saude.pt.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

21 de junho de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração,
Dr.ª Adelaide Belo.

206198172

HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, E. P. E.

Aviso n.º 8789/2012

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente de radiologia da carreira médica

1 — Nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 04 de agosto, e na cláusula 7.ª do Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 48, 29/12/2011, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos, adiante designado, abreviadamente, por ACT, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Santa Maria Maior, EPE (HSMM) de 22 de março de 2012, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, em contrato individual de trabalho e nos termos da legislação laboral privada aplicável, destinado ao preenchimento de um posto de trabalho de Assistente da carreira especial médica para o Serviço de Radiologia, no mapa de pessoal do Hospital Santa Maria Maior, EPE, aguardando -se, no decurso do presente procedimento, a devida autorização superior, nos termos do Despacho n.º 12083/2011, por parte do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde.

2 — Tipo de concurso — o concurso é externo geral, aberto a todos os médicos detentores dos requisitos de admissão, independentemente de serem já titulares, ou não, de relação jurídica de emprego, público ou privado, com alguma Instituição do Serviço Nacional de Saúde com a ressalva de que, nos termos da alínea j) da cláusula 7.ª do ACT, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem posto de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação é publicitado este procedimento.

3 — Prazo de validade — o procedimento concursal é válido para ocupação do posto de trabalho enunciado, caducando com o respetivo preenchimento.

4 — Política de Igualdade — O Hospital Santa Maria Maior, EPE, enquanto entidade pública, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação, tendo por base o disposto na alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa.

5 — O Prazo de apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Legislação aplicável — o procedimento concursal rege-se pelo disposto no acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e outro — Tramitação do procedimento concursal de recrutamento para o posto de trabalho da carreira médica.

7 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 176/2009, de 4 de Agosto e na cláusula 10.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de Novembro de 2009, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos.